

MÍDIA, CRISE CLIMÁTICA E A COP-30: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO CONTEXTO DA AMAZÔNIA

Rodolfo Silva Marques
Mário Camarão França Neto

Resumo: A realização da COP-30 em Belém, no Pará, coloca em evidência a centralidade da Amazônia nas discussões sobre o clima global. Este estudo propõe analisar o papel da mídia na construção da narrativa sobre a crise climática, focando na região amazônica, e como a cobertura das discussões da COP-30 pode influenciar a percepção pública e as políticas ambientais. A crise climática e suas consequências para a biodiversidade e os povos tradicionais serão analisadas a partir de uma perspectiva crítica, destacando a intersecção entre a exploração midiática, os saberes locais e as políticas públicas. O trabalho ainda investiga como a mídia pode atuar tanto como veículo de conscientização quanto de manipulação, refletindo os interesses que permeiam o debate ambiental.

Palavras-chave: Amazônia. Mídia. crise climática. COP-30.

MEDIA, CLIMATE CRISIS AND COP-30: CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN THE CONTEXT OF THE AMAZON REGION

Abstract: The convening of COP-30 in Belém, Pará, underscores the centrality of the Amazon in global climate discussions. This study seeks to examine the role of the media in shaping narratives surrounding the climate crisis, with particular attention to the Amazon region, and to assess how media coverage of COP-30 deliberations may influence public perception and environmental policymaking. The climate crisis and its implications for biodiversity and Indigenous and traditional peoples are analyzed from a critical perspective, emphasizing the intersections among media representation, local knowledge systems, and public policy. Furthermore, the study investigates the dual role of the media as both a vehicle for raising awareness and an instrument of manipulation, reflecting the diverse interests that permeate contemporary environmental discourse.

Keywords: Amazon. Media. Climate Crisis. COP-30.

MEDIOS, CRISIS CLIMÁTICA Y COP-30: RETOS Y PERSPECTIVAS EN EL CONTEXTO DE LA AMAZÓNIA

Resumen: La realización de la COP-30 en Belém, Pará, resalta la centralidad de la Amazonía en las discusiones sobre el clima global. Este estudio propone analizar el papel de los medios de comunicación en la construcción de la narrativa sobre la crisis climática, con foco en la región amazónica, y cómo la cobertura de las discusiones de la COP-30 puede influir en la percepción pública y las políticas ambientales. Se analizará la crisis climática y sus consecuencias para la biodiversidad y los pueblos tradicionales desde una perspectiva crítica, destacando la intersección entre la explotación mediática, los conocimientos locales y las políticas públicas. El trabajo también investiga cómo los medios de comunicación pueden actuar como vehículo de concientización y manipulación, reflejando los intereses que permean el debate ambiental.

Palabras-clave: Amazonia. Medios de Comunicación. Crisis Climática. COP-30.



1. INTRODUÇÃO

A emergência climática, intensificada por décadas de exploração dos recursos naturais, tornou-se uma das maiores ameaças à vida no planeta (Shirts, 2022). Diante da multiplicidade de seus impactos – que vão da perda da biodiversidade ao deslocamento forçado de populações –, cresce a urgência por ações coordenadas que articulem governos, sociedade civil, ciência e comunicação. É nesse contexto que a Conferência das Partes (COP-30), programada para ocorrer em Belém do Pará, no mês de novembro de 2025, ganha protagonismo ao colocar a Amazônia de forma substantiva nas discussões climáticas globais.

A escolha da capital paraense como sede da COP-30 não é apenas simbólica, mas estratégica. A Amazônia, bioma de importância ecológica e climática planetária, é também palco de conflitos pela posse da terra, disputas econômicas e saberes diversos. Sua centralidade nos debates sobre o clima expressa tanto o reconhecimento de sua relevância quanto a urgência de proteger seus ecossistemas e povos tradicionais frente à aceleração da degradação ambiental.

Neste cenário, a mídia desempenha um papel fundamental na construção das narrativas (Mota; Motta; Cunha, 2012) sobre a crise climática. Os meios de comunicação têm o poder de moldar percepções, selecionar vozes, legitimar discursos e influenciar decisões políticas. Em um mundo cada vez mais mediado pela informação, a maneira como os temas ambientais são abordados impacta diretamente a compreensão pública sobre causas, responsabilidades e possíveis soluções.

Ao mesmo tempo, é necessário reconhecer que a mídia não é um espaço neutro. Ela está atravessada por interesses econômicos, políticos e ideológicos que condicionam a forma como os acontecimentos são

noticiados. Assim, os discursos sobre a Amazônia e a crise climática podem tanto promover a conscientização quanto reproduzir estereótipos e invisibilizar saberes locais.

Este trabalho propõe uma análise crítica sobre a atuação da mídia na cobertura da crise climática, com ênfase na região amazônica e no contexto da COP-30. O objetivo é compreender como os discursos midiáticos contribuem para a formação de uma opinião pública que pode, por um lado, pressionar por políticas ambientais mais justas, ou, por outro, reforçar lógicas hegemônicas que favorecem a exploração dos recursos naturais.

Como base teórica, adota-se uma perspectiva que articula estudos da comunicação, análise crítica do discurso e ecologia política (LEFF, 2021). Algumas referências teóricas selecionadas – como Jasanoff (2004), Becker (2005), Fearnside (2008), Castells (2009), Fairclough (2013), Tsing (2015), Amaral Filho (2016), Costa (2022) e Barros (2023) – oferecem ferramentas para compreender a mídia não apenas como canal de informação, mas como arena de disputas simbólicas onde se definem sentidos sobre o mundo.

Por fim, ao refletir sobre o papel da mídia na cobertura da COP-30 e da crise climática, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma comunicação ambiental crítica, plural e comprometida com a justiça socioambiental. A Amazônia não é apenas cenário de conflitos e catástrofes, mas também espaço de resistência, diversidade e possibilidades de futuro (Becker, 2005).

Desta forma, a estrutura do trabalho, após esta base introdutória, é a seguinte: a) um breve desenho da pesquisa; b) fundamentação teórica e operacionalização conceitual; c) o contexto da Amazônia e o enfrentamento da mudança climática; e) a Mídia e a crise climática: narrativas e disputas e;

e) o papel da COP-30 na reconfiguração das políticas ambientais; e as conclusões.

2. DESENHO DE PESQUISA

Metodologicamente, além da análise da literatura, na forma do estado da arte (Lycarião; Roque; Costa, 2023), o trabalho também procura dialogar com os saberes locais e com a experiência dos povos amazônicos, frequentemente excluídos dos grandes fóruns decisórios. A presente investigação estrutura-se, pois, a partir de dois eixos analíticos complementares.

O primeiro consiste no estado da arte sobre a relação entre mídia, crise climática e Amazônia, tomando como referência autores que discutem comunicação, discurso, governança ambiental e ecologia política, como Castells (2009), Fairclough (2013), Leff (2021) e Barros (2023). Esse eixo permitiu mapear os principais debates teóricos acerca do papel da mídia na construção de narrativas ambientais, destacando suas potencialidades e limitações no processo de sensibilização pública.

O segundo eixo de análise articula categorias já discutidas na literatura e retomadas neste trabalho, tais como a espetacularização dos eventos climáticos, a invisibilização de saberes tradicionais e a disputa simbólica em torno da Amazônia (Amaral Filho, 2016; Barros, 2023). A partir dessas categorias, buscou-se compreender como o debate público sobre a COP-30 pode reproduzir ou tensionar lógicas hegemônicas de representação do bioma e de seus povos.

De forma transversal aos dois eixos, esta análise também se debruça sobre a necessidade de valorização e escuta dos saberes locais como elemento crítico ainda pouco incorporado na cobertura midiática. Tal reconhecimento configura-se como um desafio metodológico e político que se torna ainda

mais relevante diante da realização da COP-30, marco cronológico que orienta a presente reflexão.

Importa destacar que, diferentemente de pesquisas centradas em veículos ou reportagens específicas, este trabalho não tem caráter empírico no sentido tradicional da análise de conteúdo jornalístico. Optou-se, ao contrário, por realizar um exercício de problematização conceitual e crítica, capaz de oferecer subsídios para leituras futuras que venham a se debruçar sobre a cobertura efetiva da conferência.

Assim, o estudo parte da premissa de que uma nova forma de abordagem metodológica poderá ser construída a partir do encerramento da COP-30, quando será possível avaliar empiricamente como os discursos midiáticos sobre a Amazônia e a crise climática se materializaram. A análise aqui apresentada busca contribuir para o debate preliminar, ao tensionar as relações entre mídia, ecologia política e justiça ambiental, propondo categorias que sirvam de base para investigações posteriores.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E OPERACIONALIZAÇÃO CONCEITUAL

A construção de um olhar crítico sobre o papel da mídia na cobertura da crise climática exige a articulação entre diferentes campos do saber. A comunicação, a ecologia política (LEFF, 2021) e os estudos sobre governança ambiental (Moura, 2016) oferecem contribuições fundamentais para compreender como os discursos sobre o meio ambiente são produzidos, circulam e impactam a formulação de políticas públicas.

No campo da comunicação, destaca-se a abordagem proposta por Castells (2009), que comprehende o poder comunicacional como elemento central na sociedade em rede. De acordo com Castells (2009), quem domina os fluxos

de informação e os mecanismos de produção simbólica detém o poder de moldar percepções e influenciar decisões coletivas. Assim, a mídia deixa de ser apenas um canal e passa a ser agente ativo na construção de narrativas sociais.

No contexto ambiental, essa atuação torna-se ainda mais sensível. A crise climática, por ser um fenômeno complexo, difuso e multiescalar, depende da mediação simbólica para ser compreendida socialmente. Os meios de comunicação, portanto, assumem papel estratégico ao selecionar quais eventos ganham visibilidade, quais vozes são ouvidas e que interpretações são legitimadas ou silenciadas (Castro, 2014).

A análise crítica do discurso, especialmente na perspectiva de Fairclough (2013), permite desvelar essas dinâmicas. Para o autor, os discursos não apenas refletem a realidade, mas a constroem socialmente, articulando linguagem, poder e ideologia. Essa abordagem torna-se valiosa para examinar como a Amazônia, os povos tradicionais e os efeitos da crise climática são representados na cobertura midiática, revelando padrões de reprodução de desigualdades e exclusões simbólicas.

Ao tratar da crise climática como disputa discursiva, o trabalho se alinha à noção de coprodução do conhecimento proposta por Jasanoff (2004). Para ela, o conhecimento científico e as formas de organização social não se desenvolvem separadamente, mas são produzidos simultaneamente, moldando-se mutuamente. Jasanoff (2004) desafia visões tradicionais que tratam a ciência como neutra ou isolada dos contextos culturais e políticos, propondo um modelo mais integrado e dinâmico para pensar a produção do conhecimento.

Na mesma linha, Tsing (2015) propõe pensar a vida nas ruínas do capitalismo, evidenciando como ecossistemas e relações humanas persistem e se reinventam diante da devastação. Seu conceito de "zonas de contato" entre

diferentes rationalidades e formas de vida inspira a análise das disputas entre narrativas midiáticas globalizadas e os conhecimentos dos povos da floresta, especialmente no contexto amazônico.

A teoria do ambientalismo dos pobres, de Martinez-Alier (2002), também contribui para essa reflexão ao destacar que os conflitos ecológicos muitas vezes envolvem comunidades que lutam por sua sobrevivência material e cultural. Esse referencial reforça a crítica à invisibilização de vozes subalternizadas nos debates ambientais veiculados pela grande mídia.

Dentro desse debate, Fearnside (2008) discute as complexas interações entre a floresta amazônica e o fenômeno das mudanças climáticas globais, ressaltando o papel central da Amazônia (Becker, 2005) tanto como reguladora climática quanto como vítima dos impactos decorrentes do aquecimento global (Maranhão; Barreto, 2023). O autor evidencia que o desmatamento contribui significativamente para a emissão de gases de efeito estufa, agravando a crise climática, ao mesmo tempo em que altera o regime hídrico e compromete a resiliência do bioma.

Fearnside (2008) também alerta para os riscos de retroalimentações positivas, como a redução da capacidade da floresta de se regenerar, o que pode levar a um ponto de não retorno. Sua análise ressalta a urgência de políticas públicas eficazes e de cooperação internacional para a preservação da Amazônia como estratégia essencial no enfrentamento das mudanças climáticas.

Já Amaral Filho (2016) propõe uma análise crítica e inovadora sobre as formas como a Amazônia tem sido representada e explorada no discurso do marketing. Com base em uma abordagem multidisciplinar, o autor investiga como a floresta é transformada em símbolo e mercadoria, destacando as implicações sociais, culturais e ambientais desse processo.

Amaral Filho (2016) questiona a romantização e a exotização da região, frequentemente utilizadas para legitimar práticas comerciais que, muitas vezes, desconsideram a complexidade dos ecossistemas e das populações locais. A obra convida à reflexão sobre a necessidade de um marketing comprometido com a sustentabilidade e com a valorização dos saberes e modos de vida amazônicos.

Araújo, Costa e Sant'Anna (2020) oferecem uma contribuição relevante ao debate sobre o desmatamento e o reflorestamento na Amazônia ao apresentar um modelo dinâmico que analisa a eficiência de tais políticas na região. Essa abordagem é especialmente pertinente para a Amazônia, região em que os efeitos do desmatamento têm impacto global e exigem soluções que conciliem desenvolvimento socioeconômico e preservação ambiental.

Outro aspecto central é a função das conferências internacionais, como a COP, no debate ambiental global. Esses fóruns funcionam como arenas políticas onde se confrontam interesses geopolíticos, econômicos e civilizatórios. A presença da mídia nesses eventos é crucial para dar visibilidade às decisões, mas também para enquadrar o debate de forma a favorecer determinadas agendas em detrimento de outras.

A crítica à cobertura midiática das COPs revela que frequentemente os discursos dominantes reproduzem a lógica do Norte Global, destacando soluções tecnocráticas, enquanto minimizam ou excluem abordagens baseadas na justiça ambiental (Pinto Júnior, 2021), na autodeterminação dos povos indígenas ou na conservação baseada em comunidades locais (Barros, 2023).

No caso da COP-30, a ser realizada na Amazônia, esse tensionamento se torna mais nítido. A cobertura midiática será desafiada a dar conta das especificidades culturais, ecológicas e políticas da região, evitando reproduzir estigmas como o "pulmão do mundo" ou a imagem da floresta ameaçada

apenas por atores locais, ignorando pressões globais sobre os recursos naturais.

A operacionalização conceitual deste trabalho se estrutura, assim, em torno de três eixos: a mídia como produtora de discursos, a crise climática como disputa simbólica e material e as conferências ambientais como palco de negociações e visibilidades políticas. A articulação desses eixos permitirá compreender como os sentidos sobre a Amazônia e o clima são construídos, disputados e transformados no espaço público.

Também se faz relevante incorporar o conceito de justiça ambiental, que amplia o debate sobre crise climática ao incluir dimensões de equidade, participação e reconhecimento (Pinto Júnior, 2021). A justiça ambiental exige, pois, que os impactos e as soluções da crise climática sejam distribuídos de forma justa, respeitando os direitos dos povos mais vulneráveis – muitos deles habitantes da Amazônia.

Por fim, a fundamentação teórica aqui apresentada serve como alicerce para a análise empírica que será desenvolvida nas seções seguintes. Ao lançar mão de autores e conceitos que questionam as formas hegemônicas de comunicação e de governança ambiental, o trabalho busca contribuir para uma compreensão mais crítica e plural das dinâmicas que envolvem a mídia, a Amazônia e a crise climática no contexto da COP-30.

4. O CONTEXTO DA AMAZÔNIA E O ENFRENTAMENTO DA MUDANÇA CLIMÁTICA

A Amazônia é um dos biomas mais importantes do planeta, não apenas por sua imensa biodiversidade, mas também por sua função reguladora do clima global. A região abriga cerca de 20% da água doce superficial do mundo e cobre aproximadamente 5,5 milhões de quilômetros quadrados, distribuídos

por nove países sul-americanos, com a maior parte localizada no Brasil. Essa vastidão ecológica, entretanto, convive com pressões intensas de desmatamento, queimadas, exploração ilegal de madeira, mineração e avanço do agronegócio – atividades que contribuem significativamente para a emissão de gases de efeito estufa.

A floresta amazônica atua como um dos maiores escoadouros de carbono do planeta, absorvendo grandes quantidades de gás carbônico da atmosfera. No entanto, com a intensificação do desmatamento e da degradação florestal, a Amazônia corre o risco de se transformar em fonte de emissões, agravando ainda mais a crise climática. Estudos recentes apontam que partes da floresta já emitem mais carbono do que capturam, configurando um cenário alarmante que exige respostas urgentes e coordenadas em várias frentes.

A mudança climática se manifesta na Amazônia por meio de padrões climáticos alterados, como períodos de seca mais severos e frequentes, chuvas intensas fora de época, enchentes históricas e elevação de temperaturas. Esses fenômenos afetam não apenas a ecologia da floresta, mas também as comunidades que dela dependem. Povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e agricultores familiares enfrentam dificuldades crescentes para manter seus modos de vida diante das transformações ambientais e da perda de territórios.

Além das mudanças climáticas globais, a Amazônia sofre com um histórico de ausência ou ineficácia de políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento sustentável. A infraestrutura deficiente, a falta de serviços básicos e a insegurança fundiária são fatores que contribuem para a vulnerabilidade socioambiental da região.

Muitos projetos de "desenvolvimento", historicamente, priorizaram grandes empreendimentos econômicos sem considerar os impactos sobre a floresta e seus habitantes, reforçando desigualdades históricas.

Para enfrentar esses desafios, é necessário repensar os paradigmas de desenvolvimento aplicados à Amazônia. Em vez de tratar a floresta como obstáculo ao progresso ou como recurso a ser explorado, é fundamental reconhecê-la como território vivo, habitado e produtor de saberes. A conservação da Amazônia passa por modelos baseados na economia de baixo carbono, na valorização de práticas tradicionais sustentáveis e na garantia dos direitos territoriais das comunidades locais.

A construção de estratégias eficazes para enfrentar a mudança climática na Amazônia requer a articulação entre políticas públicas ambientais, sociais e econômicas. Isso inclui o fortalecimento da fiscalização ambiental, o combate à grilagem de terras, o incentivo à restauração florestal e o investimento em educação ambiental. Além disso, é preciso assegurar a participação das populações amazônicas na formulação dessas políticas, promovendo a justiça ambiental (Pinto Júnior, 2021) e o reconhecimento da diversidade de saberes.

A ciência desempenha, portanto, papel essencial nesse processo, tanto na produção de dados sobre o funcionamento da floresta quanto na proposição de soluções tecnológicas e ecológicas. No entanto, é igualmente importante valorizar os conhecimentos tradicionais dos povos da floresta, que há séculos manejam o território de forma sustentável. A articulação entre ciência ocidental e saberes locais pode gerar respostas mais contextualizadas e eficazes para os desafios climáticos.

O enfrentamento da mudança climática na Amazônia também passa por uma mudança na narrativa midiática sobre a região. É necessário superar os estereótipos que reduzem a floresta a uma paisagem exótica ou a uma área ameaçada por "inimigos internos". A mídia deve contribuir para informar o público sobre a complexidade dos conflitos socioambientais na região e para dar visibilidade às iniciativas locais de conservação, resistência e inovação social.

O contexto internacional também influencia fortemente o futuro da Amazônia. A demanda global por *commodities*, a pressão de mercados financeiros e os acordos climáticos multilaterais moldam os rumos da política ambiental brasileira. Por isso, é fundamental que o Brasil assuma uma posição de liderança climática responsável, comprometendo-se com metas ambiciosas de redução de emissões e com a proteção dos biomas amazônicos. A realização da COP-30 em Belém é uma oportunidade ímpar para consolidar esse protagonismo.

Assim, o enfrentamento da mudança climática na Amazônia é um desafio global, cuja solução depende do engajamento coletivo, da solidariedade internacional e da construção de novas alianças políticas e sociais. A Amazônia é, ao mesmo tempo, fronteira ecológica, espaço de vida e símbolo de resistência. Proteger a floresta é proteger o futuro da humanidade – e essa responsabilidade começa com o reconhecimento de sua centralidade nas políticas climáticas.

5. A MÍDIA E A CRISE CLIMÁTICA: NARRATIVAS E DISPUTAS

A forma como a crise climática é abordada pela mídia tem implicações diretas sobre a percepção pública do problema e sobre a formulação de políticas ambientais. Ao construir e difundir narrativas, os meios de comunicação moldam não apenas a compreensão coletiva da emergência climática, mas também definem prioridades, atribuem responsabilidades e orientam comportamentos. Quando se trata da Amazônia, essas narrativas adquirem ainda mais peso, dado o papel estratégico do bioma para o equilíbrio climático global.

Historicamente, os principais veículos de comunicação brasileiros – como as grandes emissoras de televisão, os jornais impressos de circulação nacional, as rádios e os portais de notícias online – têm adotado diferentes abordagens

sobre a Amazônia (Costa, 2022). Em muitos momentos, a floresta é retratada ora como espaço de riqueza natural ameaçada, ora como fronteira a ser explorada economicamente. Essa dualidade revela uma oscilação entre discursos de preservação e de desenvolvimento, que nem sempre dialogam com a complexidade ecológica e sociocultural da região.

A cobertura midiática da crise climática, de maneira geral, tende a privilegiar eventos espetaculares – como queimadas, enchentes, secas extremas ou conferências internacionais – em detrimento da análise aprofundada das causas estruturais do problema. Esse padrão contribui para a espetacularização da crise, promovendo uma compreensão fragmentada e pontual dos fenômenos, descolada das dinâmicas sociais e políticas que os produzem e perpetuam.

No caso da Amazônia, essa abordagem superficial pode reforçar estereótipos e invisibilizar as múltiplas vozes presentes no território. Muitas vezes, os povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outras comunidades tradicionais aparecem nas reportagens como vítimas passivas ou como obstáculos ao progresso da região, sem que seus saberes, práticas sustentáveis e propostas de manejo territorial sejam devidamente reconhecidos e valorizados.

A responsabilidade dos veículos de comunicação é, portanto, central na construção de uma narrativa mais justa e plural sobre a crise climática e a Amazônia (Costa, 2022). As emissoras de televisão, como a Globo, o SBT, a Record e a Bandeirantes, que alcançam milhões de brasileiros diariamente, têm o poder de definir a agenda ambiental nacional. Suas escolhas editoriais – o que mostrar, como mostrar e o que silenciar – contribuem para moldar a opinião pública e, consequentemente, influenciar decisões políticas.

As emissoras de rádio, especialmente em regiões do interior da Amazônia, exercem papel fundamental na mediação das informações sobre o meio ambiente. As redes nacionais, como CBN e Jovem Pan, e os canais locais,

em muitos casos, são a principal fonte de informação para populações rurais e tradicionais. No entanto, a cobertura ambiental nas rádios ainda é escassa e, muitas vezes, limitada a boletins meteorológicos ou reportagens eventuais, sem o aprofundamento necessário para contextualizar os problemas climáticos na Amazônia.

Os portais de notícias e os jornais impressos, por sua vez, têm maior potencial para oferecer análises mais complexas, com múltiplas fontes e enfoques. No entanto, mesmo nesses espaços, observa-se uma tendência à centralização de fontes institucionais, como representantes do governo e especialistas acadêmicos do Sul e Sudeste, em detrimento de vozes locais e de saberes tradicionais. Isso reforça uma lógica de hierarquização epistêmica, onde certos conhecimentos são legitimados em detrimento de outros.

As grandes coberturas jornalísticas sobre a Amazônia podem revelar tanto o potencial quanto as limitações da mídia na construção de uma narrativa ambiental crítica. Se por um lado houve uma mobilização de atenção nacional e internacional para os problemas da região, por outro, faltaram análises que conectassem os eventos extremos às políticas públicas, aos interesses econômicos e à governança ambiental em curso.

Além disso, há uma clara assimetria na forma como os eventos ambientais são enquadrados quando ocorrem em áreas urbanas do Sudeste em comparação com a Amazônia. Enquanto tragédias urbanas são frequentemente humanizadas e tratadas como urgências sociais, os eventos amazônicos muitas vezes são apresentados como "problemas da floresta", distantes do cotidiano do cidadão médio e, portanto, menos mobilizadores de empatia ou ação coletiva.

Outro elemento relevante é a cobertura das conferências climáticas, como as COPs, pelas mídias brasileiras. Embora esses eventos recebam atenção significativa, a cobertura geralmente se concentra nos discursos oficiais, nas

metas anunciadas e nos acordos firmados, sem aprofundar os conflitos e as tensões que permeiam as negociações. A presença de lideranças indígenas, movimentos sociais e cientistas críticos nem sempre é destacada, o que limita a pluralidade de visões sobre os caminhos possíveis para enfrentar a crise.

A proximidade da realização da COP-30 em Belém representa uma oportunidade e um desafio para os meios de comunicação. Trata-se de uma chance de romper com os padrões tradicionais de cobertura e dar espaço para narrativas construídas a partir da perspectiva dos povos amazônicos. Isso implica não apenas entrevistá-los, mas construir pautas com eles, reconhecendo seus saberes como fontes legítimas de conhecimento sobre o clima e a floresta.

Por outro lado, há o risco de que a mídia, ao realizar a cobertura jornalística da COP-30, caia na armadilha de reiterar clichês, como o da "floresta intocada" ou do "pulmão do mundo", que reduzem a complexidade da Amazônia a imagens estagnadas e despolitizadas. Tais narrativas, embora bem-intencionadas, podem obscurecer as causas reais da degradação ambiental, como o avanço do agronegócio, a mineração e as grandes obras de infraestrutura.

A responsabilidade ética e política da mídia, nesse contexto, exige um compromisso com a justiça ambiental (Pinto Júnior, 2021). Isso significa não apenas dar visibilidade a denúncias e impactos, mas também reconhecer propostas alternativas de desenvolvimento, valorizar experiências de resistência e contribuir para a construção de uma cultura de cuidado com os territórios e com os modos de vida ameaçados.

É preciso também questionar os interesses econômicos e políticos que influenciam a linha editorial dos meios de comunicação. A dependência de grandes anunciantes, como empresas do setor energético, agropecuário e mineral, pode comprometer a independência das redações e silenciar

críticas a projetos que afetam negativamente a Amazônia. Tal aspecto reforça a importância de fortalecer o jornalismo independente e comunitário, que tem mais liberdade para abordar temas sensíveis com profundidade e comprometimento.

Por fim, a disputa pelas narrativas sobre a crise climática e a Amazônia é, antes de tudo, uma disputa por poder simbólico. A mídia, ao intermediar essas perguntas, torna-se também um campo de luta política, onde se decide não apenas o que saber, mas como agir diante da maior crise socioambiental do nosso tempo.

6. O PAPEL DA COP-30 NA RECONFIGURAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

A escolha de Belém, capital do Pará, como sede da 30^a Conferência das Partes (COP-30) das Nações Unidas sobre Mudança Climática representa um marco simbólico e estratégico na geopolítica ambiental. Pela primeira vez, uma COP será realizada na Amazônia, o que não apenas (re)posiciona o Brasil no cenário climático internacional, mas também recoloca a floresta e seus povos no centro das discussões sobre o futuro do planeta. Essa escolha, por si só, já opera uma reconfiguração discursiva: a Amazônia deixa de ser objeto de debate para se tornar sujeito político.

No entanto, esse protagonismo simbólico precisa ser traduzido em ações concretas e transformadoras. A realização da COP-30 em Belém implica desafios consideráveis em termos de infraestrutura, logística, segurança e diplomacia, mas, sobretudo, exige um reposicionamento político das autoridades brasileiras e paraenses quanto às suas políticas ambientais. A conferência cria uma vitrine para o mundo, e tudo o que se fizer – ou deixar de fazer – será observado e julgado à luz da crise climática global.

Entre os principais desafios está o risco de que a COP-30 seja utilizada como instrumento de *greenwashing* político (Pagotto, 2023). Governos e empresas podem aproveitar a visibilidade do evento para promover discursos de sustentabilidade desvinculados da realidade concreta da região. Isso já ocorreu em outras edições das COPs, nas quais promessas foram feitas em abundância, mas os compromissos efetivos com a justiça climática foram limitados.

Por outro lado, a COP-30 também pode ser uma oportunidade histórica para promover a virada ambiental de que o Brasil tanto necessita. A visibilidade internacional pode pressionar governos e legisladores a reverem práticas extrativistas e a avançarem em políticas públicas voltadas à proteção dos biomas, à valorização dos saberes tradicionais e à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. A própria sociedade civil ganha fôlego para reivindicar transparência e participação no processo decisório.

Um dos principais pontos de inflexão que a COP-30 pode proporcionar é a articulação entre políticas ambientais e sociais. Ao colocar a Amazônia no centro do debate, a conferência também convoca uma discussão sobre desigualdades históricas e territoriais. A degradação ambiental na região não é apenas uma questão ecológica, mas está profundamente ligada a processos de exclusão, pobreza e violência. Nesse sentido, a COP pode ser catalisadora de políticas mais integradas e interseccionais.

A realização do evento em Belém também desafia o Brasil a refletir a respeito do seu modelo de desenvolvimento para a região amazônica. A lógica desenvolvimentista baseada na expansão da fronteira agrícola, na mineração e nas grandes obras de infraestrutura é incompatível com os objetivos de redução das emissões de gases do efeito estufa. O debate que se dará na COP pode servir de impulso para novas estratégias de bioeconomia, conservação comunitária e tecnologias de baixo impacto, pensadas a partir

da realidade amazônica.

Além disso, a COP-30 pode impulsionar a descentralização das políticas ambientais brasileiras, valorizando as ações locais e regionais. Estados amazônicos, como o Pará, podem se tornar protagonistas na elaboração de planos climáticos próprios, com foco na adaptação, mitigação e transição energética. Essa descentralização é essencial para garantir respostas eficazes às especificidades ecológicas e sociais de cada território.

Outro aspecto importante é o potencial da COP-30 para promover o reconhecimento e o protagonismo dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Ao sediar a conferência na Amazônia, o Brasil tem a chance de mostrar ao mundo que outro modelo de governança ambiental é possível, baseado no respeito à diversidade cultural e na gestão compartilhada dos recursos naturais. Isso exige, porém, espaços de fala reais, e não meramente ilustrativos, dentro e fora da programação oficial da conferência.

A participação da juventude e dos movimentos sociais também deve ser fortalecida. A COP-30 pode funcionar como uma arena ampliada de debate democrático, onde diferentes setores da sociedade tenham voz ativa na formulação das agendas ambientais. A experiência acumulada por coletivos, universidades, ONGs e ativistas locais deve ser incorporada ao processo de construção de políticas, superando a lógica tecnocrática que muitas vezes predomina nos fóruns internacionais.

No plano internacional, a COP-30, como já mencionado, representa uma oportunidade para o Brasil se reposicionar como liderança climática. Apesar dos anos de desgaste ambiental e diplomático, em especial no governo Jair Bolsonaro (PL), entre 2019 e 2022, o país pode recuperar credibilidade ao apresentar compromissos ambiciosos e, principalmente, mecanismos de implementação efetiva. O governo Lula (PT), iniciado em 2023, prioriza essas temáticas em sua agenda política. O engajamento ativo do Brasil pode

influenciar positivamente outros países da América Latina e fortalecer alianças estratégicas no Sul Global.

Ainda assim, é importante lembrar que a conferência, por si só, não garantirá mudanças estruturais. Ela pode ser catalisadora, mas dependerá da capacidade de mobilização da sociedade, da pressão sobre os tomadores de decisão e da articulação entre diferentes escalas de governança. A conferência pode ser o ponto de partida para pactos duradouros, mas seu legado será definido no pós-COP, quando as promessas precisarão se transformar em políticas e ações concretas.

Outro desafio relevante será assegurar que a COP-30 não reforce dinâmicas coloniais de produção de conhecimento e governança. É fundamental que a Amazônia seja pensada a partir de dentro, com base em suas especificidades, e não apenas como recurso a ser gerido pelas lógicas do Norte Global. A conferência, para ser legítima, deve reconhecer e integrar os saberes locais como fundamentos epistemológicos válidos para a construção de soluções climáticas.

Ademais, a COP-30 pode provocar mudanças no modo como se pensa a cidade de Belém e sua relação com a floresta. A preparação da infraestrutura urbana para receber o evento internacional pode ser usada como justificativa para obras com impactos sociais controversos, mas também pode estimular investimentos em mobilidade sustentável, saneamento básico e inclusão social. A forma como o poder público irá conduzir esse processo será determinante para definir se a COP deixará um legado positivo para a cidade.

A síntese apresentada no quadro 1 sistematiza os principais desafios e propostas identificados ao longo da análise, oferecendo um panorama das tensões que atravessam a cobertura midiática da crise climática e, em particular, da COP-30. O quadro busca articular as dimensões críticas discutidas no trabalho, como a espetacularização da crise, a invisibilização de

saberes locais e os riscos de *greenwashing*, com alternativas que apontam para práticas comunicacionais mais plurais, inclusivas e comprometidas com a justiça socioambiental. Trata-se, portanto, de um instrumento que dialoga diretamente com os eixos teóricos e metodológicos mobilizados.

Quadro 1 – Desafios e propostas para a cobertura midiática da COP-30.

Desafios identificados	Propostas de enfrentamento
Espetacularização de eventos climáticos extremos, em detrimento da análise estrutural da crise.	Incentivar abordagens aprofundadas, que relacionem causas, responsabilidades e políticas públicas.
Invisibilização de saberes locais e tradicionais nas narrativas midiáticas.	Ampliar a escuta e a valorização de vozes amazônicas, reconhecendo seus saberes como fontes legítimas de conhecimento.
Reforço de estereótipos (como “pulmão do mundo” ou “floresta intocada”).	Construir narrativas plurais e contextualizadas, que evitem clichês e reconheçam a complexidade sociopolítica da Amazônia.
Dependência de interesses econômicos e políticos na linha editorial dos grandes veículos.	Fortalecer o jornalismo independente e comunitário, promovendo maior diversidade de perspectivas.
Risco de greenwashing político e empresarial durante a conferência.	Exercer cobertura crítica e vigilante, dando visibilidade a práticas efetivas e denunciando contradições discursivas.
Centralização de fontes institucionais em detrimento de lideranças locais.	Diversificar as fontes, incorporando movimentos sociais, comunidades tradicionais e juventudes amazônicas.

Fonte: Elaboração própria a partir da análise desenvolvida no artigo.

Por fim, a COP-30 representa várias possibilidades: pode ser um evento transformador, capaz de alterar rumos e construir novos paradigmas para a política ambiental brasileira e amazônica; ou pode ser mais uma ocasião para discursos vazios e acordos não cumpridos. A diferença estará na capacidade coletiva de fazer da conferência não um espetáculo diplomático, mas um processo político genuíno, participativo e comprometido com a justiça climática e o futuro comum.

7. CONCLUSÕES

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho reafirma a centralidade da mídia na construção das percepções públicas sobre a crise climática, com ênfase na Amazônia. Ao selecionar temas, enquadrar acontecimentos e amplificar ou silenciar determinadas vozes, os meios de comunicação não apenas informam, mas modelam imaginários sociais, impactando diretamente a formulação de políticas públicas e a configuração da governança ambiental (Castells, 2009; Fairclough, 2013).

Como discutido, as narrativas midiáticas sobre a Amazônia tendem a oscilar entre a idealização como "pulmão do mundo" e a representação como espaço de atraso e conflito. Esta abordagem simplificadora, conforme alertam Mota, Motta e Cunha (2012), muitas vezes apaga a complexidade ecológica, sociocultural e histórica da região, reproduzindo uma lógica de invisibilização dos saberes indígenas, ribeirinhos e tradicionais. Romper com essa lógica é fundamental para construir uma comunicação ambiental mais justa, plural e politicamente engajada com a justiça ambiental (PINTO JÚNIOR, 2021).

Neste contexto, este trabalho defende a necessidade de uma cobertura midiática que vá além da espetacularização de eventos climáticos extremos e das agendas oficiais de cúpulas diplomáticas. Inspirando-se nas abordagens de Jasanoff (2004) e Tsing (2015), propõe-se uma comunicação que valorize a coprodução de conhecimentos e reconheça as "zonas de contato" entre diferentes rationalidades – articulando ciência, saberes locais e práticas de resistência.

A realização da COP-30 em Belém do Pará, analisada criticamente, desponta como divisor de águas na política ambiental brasileira e latino-americana. Sua realização no coração da Amazônia inscreve novos significados no debate climático global, trazendo à tona responsabilidades históricas e possibilidades de transformação. Conforme destacado por Barros (2023) e Pagotto (2023),

a conferência poderá tanto fortalecer compromissos ambientais sérios quanto se tornar palco para práticas de *greenwashing*, caso não haja vigilância da sociedade civil.

O sucesso da COP-30, como evidenciado nesta investigação, não se esgotará na logística do evento. Ele depende, sobretudo, da capacidade do Brasil – e particularmente do Pará – de consolidar uma agenda ambiental territorializada, participativa e respeitosa à diversidade de modos de vida amazônicos (Becker, 2005; Fearnside, 2008). O fortalecimento de alianças entre atores locais e globais, a valorização da ciência produzida na e com a Amazônia, e o protagonismo efetivo das comunidades tradicionais constituem pilares para a construção de um legado duradouro.

Assim, reforça-se que integrar as dimensões simbólicas e materiais da crise climática é um desafio inadiável. Como mostram Leff (2021) e Martinez-Alier (2002), disputar narrativas é também disputar projetos de mundo e formas de territorializar a vida. A maneira como a Amazônia é representada na mídia e tratada nas políticas públicas reflete escolhas éticas, editoriais e políticas que impactam diretamente o futuro da humanidade.

Comunicação e governança ambiental, portanto, são práticas interdependentes e co-constitutivas. Este estudo, ao trazer à tona essas articulações, busca contribuir para o fortalecimento de uma comunicação ambiental transformadora, fundamentada na escuta ativa, no reconhecimento das diferenças e no compromisso com a justiça socioambiental. A Amazônia, mais do que pauta global, deve ser reconhecida como sujeito político e protagonista da construção de seu próprio futuro.

REFERÊNCIAS

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia: o marketing da floresta.** Curitiba: CRV, 2016.

ARAUJO, Rafael; COSTA, Francisco; SANT'ANNA, Marcelo. **Efficient Forestation in the Brazilian Amazon: Evidence from a Dynamic Model**, 2020. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/osf/socarx/8yfr7.html>. Acesso em: 20 abr.2025.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, nº 19 (53). IEA: USP, 2005. Pp. 71-86. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/54s4tSXRLazF3KgB7qRTWdg/?lang=pt&format=pd>. Acesso em: 20 abr.2025.

BARROS, Thiago A. **Coração da Amazônia, Território em Disputa: Movimento Indígena e Representação Política em Campanha Contra Hidrelétricas.** Curitiba: Appris, 2023.

CASTELLS, Manuel. **Communication Power**. Oxford University Press, 2009.

CASTRO, Davi de. Agenda-setting: hipótese ou teoria? Análise da trajetória do modelo de Agendamento ancorada nos conceitos de Imre Lakatos. **Intexto**. Porto Alegre, UFRGS, n. 31, p. 197-2014, dez. 2014.

COSTA, Vânia Maria Torres. **À sombra da floresta. A Amazônia no jornalismo de televisão.** Belém: Editora Paka-Tatu, 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language**. Routledge, 2013.

FEARNSIDE, Paul M. **Mudanças climáticas globais e a floresta amazônica.** pp. 131-150. In: Biologia e Mudanças Climáticas Globais no Brasil. Marcos S. Buckeridge (ed.), RiMa Editora, São Paulo, Brasil, 2008.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge: The Co-Production of Science and Social Order**. Routledge, 2004.

LEFF, Enrique. **Ecologia política – da desconstrução do capital à territorialização da vida.** Campinas: Unicamp, 2021.

LYCARIÃO, Diógenes; ROQUE, Robson; COSTA, Débora. Revisão Sistemática de Literatura e Análise de Conteúdo na Área da Comunicação e Informação: o problema da confiabilidade e como resolvê-lo. **Transinformação**, 35, 2023.

MARANHÃO, Ricardo; BARRETO, Sandra de Brito. **Aquecimento global: uma nova visão:** novas descobertas e interpretações que decifram a pergunta do século: o aquecimento global atual é causado pela poluição humana? São Paulo: Dialética, 2023.

MARTINEZ-ALIER, Joan. **The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation.** Edward Elgar Publishing, 2002.

MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra (org.). **Narrativas midiáticas.** Florianópolis: Insular, 2012.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas.** Brasília: Ipea, 2016.

PAGOTTO, Érico Luciano. **Greenwashing: manual da propaganda ambiental enganosa.** Ponta Grossa: Aya, 2023.

PINTO JÚNIOR, Antonio Roberto. **Justiça ambiental, da igualdade formal à material: realidades a desafiar o direito brasileiro.** Curitiba: Appris, 2021.

SHIRTS, Matthew. **Emergência climática:** o aquecimento global, o ativismo jovem e a luta por um mundo melhor. São Paulo: Claro Enigma, 2022.

TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World: On the Possibility of Life in Capitalist Ruins.** Princeton University Press, 2015.

SOBRE OS AUTORES:

Rodolfo Silva Marques

Professor-Adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA), desde 2007. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e em Jornalismo pela Unama. MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). MBA em Jornalismo Digital pela Unyleya, pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM-UFPA). Participante do Grupo de Pesquisa Narramazônia. Integrante do Grupo de Pesquisa em Propaganda e Publicidade - Gruppu.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5855-0393>.

E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com.

Mário Camarão França Neto

Professor-Adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutorando em Ciências da Comunicação: Informação e Cibercultura pela Universidade do Minho (UMINHO/PT). Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho, em Portugal. Especialista em Comunicação, Cidadania e Educação, pela Universidade do Minho (PT) e em Marketing e Publicidade, pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Integra a equipe do Sistema de Aprendizagem Ubíqua, do Grupo Ser Educacional. É também Conselheiro Titular de Programação da Rádio Unama FM, rádio educativa da Universidade da Amazônia (UNAMA).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9763-6408>.

E-mail: mario.camarao@unama.br.

Artigo recebido em: 21 maio 2025. | **Artigo aprovado em:** 30 jul. 2025.